



Termo de Referência

Contratação de consultoria técnica para a realização de estudo sobre usos socioambientais de reservas privadas

1. Introdução

A Coordenação executiva da PPA, neste Termo de Referência representada pela Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM e pelo Instituto Peabiru, inicia processo para contratação de prestador de serviços (PJ) para a realização de estudo sobre as áreas de reserva privadas como ativos para o desenvolvimento sustentável do território e para a conservação da biodiversidade. Estas áreas correspondem às reservas legais (RL) e áreas de preservação permanente (APP) e outras que voluntariamente seus proprietários decidam conservar.

A estudo é uma realização da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), coletivo de empresas e organizações unidas para fomentar contribuições do setor privado ao desenvolvimento sustentável e à conservação da Amazônia. A PPA não constitui pessoa jurídica e os trâmites de contratação dos serviços especificados neste Termo de Referência serão conduzidos por uma das organizações que compõem sua Coordenação Executiva (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - Idesam, Equipe de Conservação da Amazônia - ECAM, Instituto Peabiru, Centro Internacional de Agricultura Tropical - CIAT e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID).

2. A Plataforma Parceiros pela Amazônia

A Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) é um coletivo de empresas e organizações unidas para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, de acordo com os princípios e valores estabelecidos por seus membros. Tem por missão liderar a construção de soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade, florestas e dos recursos naturais da Amazônia junto ao setor privado. As principais atividades da PPA são:

- Catalisar investimentos sociais e ambientais na Amazônia;
- Compartilhar boas práticas e aprendizados sobre projetos de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental, baseado em resultados e evidências;
- Facilitar a visibilidade e liderança do setor privado no desenvolvimento sustentável e conservação na Amazônia;
- Promover novas parcerias e relações entre membros da PPA, e da PPA com parceiros e comunidades amazônicas.

2.1 Governança e Grupos Temáticos



Os Grupos Temáticos (GTs) formam a instância de atuação prática e direta dos membros da PPA. Têm como objetivo desenvolver as linhas de atuação definidas para cada um deles e compartilham seus resultados à Assembleia uma vez ao ano. Este nível é composto pelas empresas e associações empresariais que manifestaram interesse em juntar-se a um determinado Grupo Temático. Cada grupo tem autonomia para definir sua agenda e modelo de trabalho, respeitando sempre o alinhamento com o tema definido. As aprovações são feitas pelos membros integrantes e de acordo com as necessidades específicas de seus projetos e atividades e, quando relevante, em articulação com a Coordenação Executiva.

A PPA conta atualmente com 4 Grupos Temáticos, sendo eles:

- GT 1 - Empreendedorismo, investimento de impacto e aceleração de negócios sustentáveis;
- GT 2 - Desenvolvimento de Novos Negócios em Bioeconomia e Oportunidades Estratégicas de Investimento e Incentivos fiscais;
- GT 3 - Parcerias entre empresas e comunidades em cadeias de valor locais;
- GT 4 - Relações com comunidades, iniciativa privada e políticas públicas (nome preliminar)

Este Termo de Referência versa sobre a contratação de estudo diagnóstico sobre **possibilidades legais e boas práticas corporativas que permitam pensar áreas privadas como ativos da coletividade**, definido entre os resultados esperados do *GT 4 - Relações com comunidades, iniciativa privada e políticas públicas*

2.1.1 Objetivos do GT 4

O Grupo Temático pretende congregiar esforços para promover o diálogo e a cooperação da iniciativa privada com o poder público e com as diferentes comunidades no território, bem como promover o diálogo entre as próprias empresas atuantes na rede.

Envolve, assim, a interface com os governos em ações relacionadas ao planejamento, gestão e desenvolvimento territorial, e possibilidades de contribuir para a gestão pública com inovação, propostas legislativas e *advocacy* por políticas públicas voltadas à conservação.

O grupo busca, também, promover boas práticas e desenvolver modelos de parcerias entre empresas e comunidades locais nos territórios de atuação, como fator de desenvolvimento territorial equilibrado. Nesse sentido, orienta-se pelo desenvolvimento de ações conjuntas empresa/comunidade, com o propósito de construir relações de ganho mútuo e com resultados ambientais positivos.

3. Objeto da contratação



Realização de estudo, por consultor/consultoria especializada, que reúna referências legais e práticas sobre as possibilidades de engajamento do setor privado com a ampliação do uso social de áreas de reserva privadas.

3.1 Sobre a temática do estudo

De forma preliminar, o presente estudo aborda as diferentes formas de uso socioambiental das áreas de conservação das propriedades privadas. Trata-se da manutenção das paisagens tais quais se encontram, das áreas em restauração induzida ou natural, e das áreas enriquecidas com espécies nativas, conforme a legislação ambiental. O uso socioambiental visa, especialmente, o aproveitamento sustentável de produtos florestais não madeireiros e de recursos aquáticos, a manutenção dos serviços ambientais e compartilhar benefícios econômicos com comunidades do entorno.

Incluem-se no âmbito do uso socioambiental, a saber: áreas para os planos de manejo de espécies ameaçadas, a formação de zonas tampão de unidades de conservação, os corredores de biodiversidade (corredores ecológicos), as rotas de migração de fauna, as áreas de alto valor de conservação (aavc) e áreas direcionadas a atender outras questões relacionadas à conservação.

No tema do uso socioambiental para as áreas de conservação, entende-se, de forma preliminar, diferentes possibilidades de contribuição relacionadas, entre outras, a:

- a) Serviços ambientais – manutenção dos ciclos de água, manutenção de equilíbrio climático (ventos, umidade, temperatura etc.), controle de fogo, barreiras fitossanitárias, morada e proteção para polinizadores e dispersores de sementes e frutos, áreas de berçários de fauna e de espécies da flora consideradas estratégicas ou protegidas;
- b) Serviços de compensação de reserva legal (no âmbito do bioma);
- c) Extrativismo sustentável de produtos florestais não madeireiros (PFNM) (cascas, folhagens e galhos, frutos, raízes, sementes, castanhas e outros);
- d) Manejo de abelhas sem ferrão, abelhas exóticas e outros animais que representem baixo impacto), manejo de recursos aquáticos (pesca, plantas aquáticas etc.);
- e) Turismo de baixo impacto (esportivo, de base comunitária, rural, cultural e outros);
- f) Pesquisa científica e educação ambiental;

Estas e outras atividades relacionadas poderão beneficiar famílias e comunidades vizinhas de diferentes dimensões, por meio da geração de trabalho e renda locais, especialmente a grupos geralmente excluídos – jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais –, em prol da melhoria da qualidade de vida.



As atividades também podem contribuir para: o controle de caça, o bom manejo dos recursos naturais florestais (faunísticos e florísticos) e aquáticos, bem como apoiar as boas práticas agrícolas, o bom manejo do solo, o controle de queimadas, o desestímulo ao desmatamento e à poluição de corpos d'água e no controle de outras atividades que resultem em perda de biodiversidade e alto impacto socioambiental.

Espera-se, ainda, que tais atividades resultem em melhor compreensão por parte das comunidades envolvidas e da sociedade regional em geral, sobre o papel das áreas de conservação privadas, em prol do reconhecimento da importância deste patrimônio socioambiental, da conservação dos serviços ambientais e da biodiversidade e dos bens comuns da nação.

Outrossim, espera-se que os proprietários destas áreas tenham maior compreensão de seu papel como guardiões deste patrimônio natural, vislumbrem oportunidades de alianças com comunidades vizinhas e sejam capazes de atuar conjuntamente com outros proprietários em prol da conservação da biodiversidade e da sustentabilidade.

Assim, o bom gerenciamento de reservas privadas, poderá resultar em um conjunto de modelos de ação para o relacionamento entre os proprietários e as comunidades vizinhas e a sociedade em geral, criando referências capazes de mobilizar proprietários, comunidades e o poder público, em prol de políticas públicas sustentáveis.

Observe-se que estes conceitos ora apresentados poderão ser desenvolvidos e aclarados como parte dos trabalhos ora propostos. Por fim, espera-se que os presentes estudos contribuam para a conservação dos demais biomas do Brasil e do planeta, em prol do protagonismo da iniciativa privada, alinhada a sua responsabilidade socioambiental.

3.2 Objetivos do estudo

- 3.2.1** Compor um quadro legal e referencial de experiências práticas que inspirem e configurem um repertório de oportunidades e alternativas a proprietários privados, especialmente de áreas corporativas – tanto da PPA quanto externas *[espera-se reunir dados de pelo menos 20 empresas, suas áreas próprias e de parceiros]* – em sua atuação na ampliação do uso social de suas reservas.
- 3.2.2** Evidenciar o impacto socioambiental da promoção no uso de áreas de reserva privadas como ativos do desenvolvimento sustentável, conciliando interesses de múltiplos atores, como forma de fomentar e dar visibilidade à contribuição do setor privado na construção de soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade na Amazônia.



- 3.2.3 Subsidiar propostas de parceria entre empresas e proprietários rurais, de empresas com comunidades e com o setor público, para potencializar impacto socioambiental positivo da ampliação do uso coletivo de reservas.

4 Produtos

4.1 Plano de Trabalho

O consultor deve apresentar um plano de trabalho detalhado, com indicação de metodologia, recursos e prazos para entrega de produtos, subprodutos e validação dos resultados.

4.2 Rascunho do estudo

O consultor deve apresentar um rascunho do estudo, em Português, em arquivo digital aberto (.doc), que contemple os seguintes itens:

- 4.2.1 Levantamento **diagnóstico das possibilidades** previstas na legislação (a nível federal ou dos estados e municípios da Amazônia legal, como cabível) que permitam o uso socioambiental de áreas de reserva privadas como ativos que beneficiem a coletividade.
- 4.2.2 Levantamento de **boas práticas** corporativas e de proprietários rurais – seja de empresas da rede PPA ou externas – que possam servir de referência para a ampliação do uso socioambiental de reservas privadas.
- 4.2.3 Indicar preliminarmente **oportunidades de cooperação** com o poder público em termos de propostas de lei, apoio à gestão de áreas públicas ou *advocacy* por políticas que promovam conservação ambiental e gerenciamento eficaz de reservas a partir das referências levantadas
- 4.2.4 Evidenciar as possibilidades de **parceria** entre empresas e proprietários rurais para potencializar a atuação na temática, assim como entre empresas e comunidades.
- 4.2.5 Espera-se, ainda, que se recomendem **mecanismos de medição de impacto**, com indicadores que possam ser implementados pelas partes interessadas.
- 4.2.6 Elencar as **áreas de reserva indicadas pelas empresas**, com o máximo de informações disponíveis para que possibilitem futuro mapa e memorial descritivo.
- 4.2.7 Recomendações de outros itens a explorar.



4.3 Estudo final

A consultoria deve apresentar o estudo final, contemplando as revisões e contribuições realizadas pelas empresas e pela equipe do projeto. O estudo deve ser apresentado em Português em formato digital aberto (.doc).

4.4 Resultados em apresentação .ppt

O consultor/consultoria contratado(a) deve entregar apresentação digital em formato Power Point (.ppt) com os principais pontos do estudo e destaques dos resultados preliminares, com abordagem visual, comunicativa e dinâmica. Além disso, será responsável por apresentar pontos acordados do estudo em seminário sobre experiências socioambientais do setor privado na Amazônia, organizado pela PPA, na data provável de **7 de novembro de 2019**.

5 Experiência e qualificações do prestador de serviço

Empresa com experiência comprovada em atuação junto ao setor privado e absoluta familiaridade e conhecimentos sobre reservas ambientais. Desejável familiaridade com linguagem e mecanismos legais.

6 Prazos

O contrato terá vigência de 100 dias a partir da contratação. O cronograma abaixo representa uma estimativa preliminar, e poderá ser revisado. De qualquer maneira, duas datas terão de ser respeitadas: entrega final do estudo em 7 de outubro de 2019 e apresentação de power point no dia 7 de novembro de 2019.

| Entrega | Prazo de entrega | Pagamento (após 10 dias da entrega) |
|-----------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| Plano de Trabalho | 7 dias após assinatura do contrato | 25% do total acordado |
| Rascunho do Estudo | 30 dias após assinatura do contrato | 25% do total acordado |
| Estudo Final revisado | 100 dias após assinatura do contrato | 50% do total acordado |

7 Seleção

A seleção será feita por meio de análise de planos de trabalho e propostas financeiras, apresentados em língua portuguesa, onde fiquem demonstrados experiência e conhecimentos do proponente e



estejam indicados os critérios para exequibilidade do estudo de acordo com os itens listados acima neste TDR (equipe envolvida, cronograma, recursos financeiros). Currículos de toda a equipe envolvida devem ser enviados como anexo às propostas. Os materiais deverão ser enviados para o e-mail: plataformapara@peabiru.org.br até o dia **24 de julho de 2019**, até às **22h** (horário de Brasília).

8 Cronograma de seleção e realização

| Etapa | Período | Meio |
|--|---------------------------------|---|
| Publicação do Termo de Referência | 10 de julho de 2019 | Sites das organizações que compõem a Coordenação executiva da PPA |
| Recebimento de propostas | 10 a 24 de julho de 2019 | No e-mail plataformapara@peabiru.org.br |
| Entrevistas com os proponentes pré-selecionados a partir das propostas | 22 a 29 de julho de 2019 | Presencial Belém (PA) ou por vídeo conferência |
| Contratação | Até 1 de agosto de 2019 | Por correspondência |
| Entrega do Plano de Trabalho atualizado | Até 8 de agosto de 2019 | No e-mail plataformapara@peabiru.org.br |
| Entrega do Rascunho do Estudo | Até 30 de agosto de 2019 | No e-mail plataformapara@peabiru.org.br |
| Entrega do Estudo completo para revisão | Até 7 de outubro de 2019 | No e-mail plataformapara@peabiru.org.br |
| Revisão e validação pelas empresas PPA | Até 15 de outubro de 2019 | |
| Ajustes finais pela consultoria responsável pelo estudo | Até 22 de outubro de 2019 | |
| Lançamento do Estudo + Apresentação dos resultados em evento da PPA para o setor privado | 7 de novembro de 2019 | Belém, PA |



9 Outras informações

Dúvidas sobre informações não especificadas neste Termo de Referência devem ser consultadas diretamente à Coordenação Executiva da PPA unicamente através do e-mail **plataformapara@peabiru.org.br**